

Diferenças de Gênero no Jornalismo Político: Estudo de Caso Sobre Marcas de uma Cultura Machista Durante o Processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff¹

Hendryo ANDRÉ²

Nicole SMICELATO³

Patricia SANKARI⁴

Zaclis VEIGA⁵

Universidade Positivo, Curitiba, PR

RESUMO

O estudo visa compreender, por meio de um estudo de caso, se e como a cobertura sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff a desvalorizou pelo fato de ser mulher. Consiste em revisão bibliográfica de 31 pesquisas que se detiveram ao fenômeno extraídos de cinco plataformas acadêmicas e a apontamentos preliminares de entrevistas semiestruturadas com quatro jornalistas curitibanas que trabalharam na cobertura. Observa-se que os estudos criticam o posicionamento favorável da mídia hegemônica ao impedimento de Dilma, mas em raras oportunidades trazem à tona como as relações de gênero instigaram o andamento do processo. Por outro lado, há predominância entre as entrevistadas de que as questões de gênero interferiram no *impeachment*, mas não há vínculos dessas questões com a midiaticização do processo por parte das empresas onde trabalham/trabalhavam.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; *impeachment*; identidade; machismo; Dilma Rousseff.

INTRODUÇÃO

Em 2010, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher para a presidência da República. Apesar disso representar um marco histórico, percebe-se, quando se aborda o assunto da representatividade das mulheres na política, que a aclamação popular de Dilma Rousseff (PT) foi um fato relativamente isolado. No Brasil as mulheres puderam se candidatar a cargos eletivos na década de 1930, data de vanguarda se comparada a de alguns países da Europa Ocidental e, especialmente, da própria América Latina (BARSTED; PITANGUY, 2011). No entanto, dois períodos históricos de exceção ao longo de século XX – a saber, o Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985) – prejudicaram a ascensão das mulheres no mundo da política.

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutor em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do curso de Jornalismo da Universidade Positivo, e-mail: hendryo.andre@up.edu.br.

³ Graduada em Jornalismo pela Universidade Positivo, e-mail: smicelatonicole@gmail.com.

⁴ Graduada em Jornalismo pela Universidade Positivo, e-mail: patriciasankari@gmail.com.

⁵ Doutora em Ciências da Informação pela Universidade Fernando Pessoa. Coordenadora dos cursos de Jornalismo e Fotografia da Universidade Positivo, e-mail: jornalismo@up.edu.br.

Esses períodos aliados a uma herança histórica de sub-representação e exclusão da mulher do campo da política criaram uma discrepância de gênero em relação ao percentual de representantes nas mais variadas esferas de poder. A título de exemplificação, num estudo comparativo com 20 nações latino-americanas realizado em 2015, o Brasil está apenas a frente do Haiti quando o assunto é a participação feminina nos parlamentos (BRASIL, 2016). “No Senado Federal, doze cadeiras são ocupadas por mulheres (14,81%). Já na Câmara dos Deputados, 51 mulheres atuam como representantes do povo (9,94%). São, portanto, 63 mulheres dentre as 594 cadeiras do Congresso Nacional (10,6%)” (ANGELLIS, 2015). Os números representam um déficit no acesso a cargos com exercício de voz e ação política e revelam que, apesar do pouco avanço na equidade de renda, a participação das mulheres na política não acompanha o crescimento de acesso a cargos de chefia no mercado de trabalho (BARSTED; PITANGUY, 2011).

Contribuem negativamente para isso algumas das construções culturais que são herdadas pelos partidos políticos. Segundo Barsted e Pitanguy (2011), a modernidade lança mão de uma visão de “igualdade e, junto com ela, fundamenta a exclusão das mulheres com base na sua não adequação ao modelo do ‘universal’, branco, masculino e público” (*ibid.*, p. 93).

Com o espírito de modernização que moldou a construção da modernidade tardia no Brasil (ORTIZ, 2001), cujo advento foi iniciado na década de 1950 e atingiu seu ápice nos anos 1970, mediante a consolidação da televisão como instituição capaz integrar o país, tanto em âmbito sociocultural quanto econômico e político, diversos setores da sociedade passaram a sofrer interferências da indústria cultural. Na política não foi diferente. A televisão e a indústria cultural brasileira incorporaram alguns elementos culturais que se moldaram desde a colonização portuguesa. De acordo com Holanda (1995), certas práticas socioculturais foram incrustadas junto ao ideal de modernização no Brasil, desde o espírito aventureiro empenhado pelo colonizador até as marcas estruturais causadas pelos mais de 300 anos de escravidão: o patriarcalismo, o mito da democracia racial e a conseqüente herança rural que estende a moral da casa-grande à sociedade civil e ao poder público, na qual refratam-se no espaço público as mazelas do ambiente privado.

Assim, à mulher restaria, de modo ainda mais drástico do que o ocorrido na Europa com as revoluções burguesas do final do século XVIII, um papel pré-definido no

que compete à organização social: “esfera pública e esfera privada; o masculino como o político, o público e o para ‘fora’; e o feminino como o fixo, o corporificado, o pequeno (doméstico e familiar) e o invisível” (BARSTED; PITANGUY, 2011, p. 93).

O jornalismo, enquanto instituição social promotora de vários dos ideais modernos (GIDDENS, 1991, 1997), pode contribuir para a problematização de diversas das questões de gênero no país. Por outro lado, por carregar alguns dos principais aspectos da indústria cultural, este modo de produzir cultura mais voltado ao consumismo do que para o enriquecimento cultural e pessoal, pode também contribuir negativamente quando o assunto é a manutenção da disparidade de gênero.

Essas implicações quando instigadas pela prática jornalística podem atingir mesmo mulheres empoderadas, como o caso de Dilma Rousseff. Tendo em vista esse enfoque, busca-se contribuir para a cobertura jornalística referente à participação da mulher na política, por meio de um estudo de caso que determine e identifique se e como o fato de Dilma Rousseff ser uma mulher interferiu em situações ligadas ao processo de *impeachment*. Para isso, objetiva-se determinar a existência de preconceito de gênero promovidas e reproduzidas pelo jornalismo que desqualificaram Dilma Rousseff diretamente pelo fato dela ser mulher durante o afastamento e compreender, por meio de entrevistas com jornalistas da área de política, o processo de produção das notícias sobre política e a atenção dada às questões de gênero.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Um estudo de caso se configura como um tipo de metodologia ideal para determinar marcas de preconceito de gênero promovidas e reproduzidas pelo jornalismo que desqualificaram Dilma Rousseff diretamente pelo fato dela ser mulher durante o processo de destituição. Segundo Gil (1999), o estudo de caso de um tipo de pesquisa exige “profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado” (*ibid.*, p. 72-73).

Essa metodologia de pesquisa se propõe a compreender fenômenos atuais que precisam de contextualização, especialmente “quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência” (*ibid.*, p. 73). Assim, a grande vantagem dessa opção metodológica está no fato dela se agregar a outros métodos e técnicas de pesquisa como, por exemplo, a análise de conteúdo, do discurso e narrativa, além de estudos de jornalismo aplicado.

A maleabilidade inerente aos estudos de caso, por um lado, traz alguns obstáculos epistemológicos para pesquisas que se apropriam desse aporte metodológico como, por exemplo, dificuldades de generalizar os resultados da pesquisa. No entanto, “a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos” (GIL, 1999, p. 74).

No escopo de métodos e técnicas de pesquisa de um estudo de caso está o levantamento bibliográfico. Segundo Barros, Duarte e Novelli (2006), a pesquisa bibliográfica é uma ação metodológica presente em todas as fases de uma investigação. Nas palavras do autor, é um “conjunto de procedimentos para identificar, selecionar, localizar e obter documentos de interesse para a realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisa” (*ibid.*, 2006, p. 54). Inicialmente, os autores realizaram um levantamento em quatro bancos de dados acadêmicos digitais, por meio do uso de palavras-chave, sobre os principais materiais de cunho acadêmico publicados sobre preconceito e disparidades de gênero, sobre as relações entre mulheres e política, sobre representações do gênero feminino no jornalismo e, por fim, sobre Dilma. Devido ao fato de o tema ser um evento complexo e eminentemente contemporâneo, há ainda poucos estudos publicados nessas plataformas, o que fez com que a equipe voltasse atenções também ao portal da Intercom, maior sociedade científica da área da comunicação no Brasil.

Foram inspecionadas as palavras-chave – e derivações – Dilma Rousseff, *impeachment*, machismo e mulher. Ao todo, 31 trabalhos acadêmicos, no período entre 2016⁶ e meados de 2017, foram selecionados para a pesquisa bibliográfica, unicamente em formato de artigo/*paper*, fato explicado pela falta de tempo hábil para a produção de pesquisas de mestrado e, especialmente, doutorado.

Quando se faz uma distribuição dos trabalhos por região geográfica, percebe-se uma grande concentração de estudos sobre o tema na Região Sul, especialmente no Paraná (*Tabela 1 - Artigos produzidos sobre o impeachment de Dilma Rousseff na área de comunicação*). Ao todo, Paraná (nove trabalhos) e Rio Grande do Sul (quatro trabalhos) somam quase metade dos artigos produzidos sobre o tema. A Região Sudeste, apesar de concentrar quase 50% dos programas de pós-graduação no Brasil (COMPÓS,

⁶ Um dos trabalhos, conforme visto na sequência da análise, integrou o *corpus* da pesquisa mesmo tendo sido produzido anteriormente ao processo de impeachment. Mendonça e Ogando (2013) trouxeram à tona as questões de gênero na campanha eleitoral que elegeu Dilma, em 2010 (MENDONÇA; OGANDO, 2013) e demonstram que as questões de gênero também são usadas de forma estereotipada para promover a imagem da então candidata.

2018), é a segunda em produção de materiais relativos ao tema: são 10 trabalhos, distribuídos em São Paulo (cinco), Rio de Janeiro (quatro) e Espírito Santo (um). Já a Região Nordeste soma cinco trabalhos, distribuídos na Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco. As regiões Norte (Pará) e Centro-Oeste (Distrito Federal) detêm um trabalho cada. Um material não tem qualquer identificação sobre região.

Tabela 1 – Artigos produzidos sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff na área de comunicação

REGIÃO	ESTADO(S)	QUANTIDADE
Sul	PR (9); RS (4)	13
Sudeste	SP (5); RJ (4) e ES (1)	10
Nordeste	BA, CE, MA, PB e PE (1)	5
Centro-oeste	PA (1)	1
Norte	DF (1)	1
Sem identificação	-	1

Fonte: Autores (2018).

Em um segundo momento foram realizadas entrevistas com jornalistas que trabalham com a temática política. A intenção foi descobrir, por meio de um questionário semiestruturado⁷, como as questões de gênero são avaliadas por essas profissionais e confrontá-las com a pesquisa bibliográfica. As entrevistas visam enriquecer a perspectiva da análise bibliográfica, numa primeira tentativa de compreensão dos objetivos tácitos de cada veículo de comunicação e também das limitações enfrentadas pelas equipes de produção (HAMILTON, 2008). As avaliações dos conteúdos das entrevistas nesta versão do texto são preliminares (foram utilizadas apenas quatro respondentes, metade do universo pretendido). Segundo Lodi (1974), a metodologia de entrevista pode ser potencializada quando utilizada com o questionário, aporte que permite que todas as respostas sejam comparadas e analisadas.

⁷ Na presente pesquisa foram realizadas as seguintes perguntas: 1. Qual seu entendimento sobre o processo de *impeachment*?; 2. Você teve contato com a cobertura do caso? Se sim, como foi a experiência? 3. Qual o momento que mais a marcou no período de *impeachment*?; 4. Quais foram os maiores desafios de cobrir esse processo de *impeachment*?; 5. Como foi um assunto tratado nacionalmente, o que você tentou fazer de diferente na sua cobertura em relação ao que você via outros veículos fazendo?; 6. Você recebeu críticas sobre seu trabalho de cobertura? Considera essas positivas ou negativas?; 7. Na história recente do país tivemos dois processos de *impeachment*. Como jornalista, você tem conhecimento do primeiro processo e de sua cobertura? Acha que existe alguma diferença em relação ao processo recente?; 8. Você acha que é necessário um treinamento dos profissionais para tratar de assuntos como esse?; 9. Por ser jornalista e mulher, você acredita que o tipo de matéria que você fez sobre o tema foi diferente dos jornalistas homens? Por quê? Se sim, quais diferenças?; 10. Você acredita que a cobertura nacional foi influenciada de alguma forma pelo fato de se tratar de uma mulher ser processada?; 11. Você concorda com a linha editorial que o veículo em que você trabalha/trabalhou assumiu para cobrir o processo?; 12. Qual a melhor forma, na sua opinião, para tratar do assunto sem influência do gênero?

O conteúdo da resposta relaciona-se diretamente à maneira como foi formulada a pergunta. Algumas normas já consagradas a esse respeito podem ser assinaladas: a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa [...] a pergunta deve possibilitar uma única interpretação; a pergunta não deve sugerir respostas; as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez (GIL, 1999, p. 126).

Para Gil (1999), o número de questões muda de acordo com a extensão dos objetivos e a complexidade do assunto. O autor ainda ressalta que devem ser incluídas apenas questões rigorosamente necessárias para chegar ao objetivo da pesquisa. Dito isso, foram entrevistadas para esta versão quatro jornalistas que atuam ou, no mínimo, atuaram na editoria política durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. As entrevistadas, que trabalham/trabalhavam em três veículos – *Gazeta do Povo*, principal portal de notícias paranaense; *Rádio Band News Curitiba*, mais eminente emissora *all news* de Curitiba, e *Portal UOL* – não foram identificadas com a intenção de preservar as identidades profissionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir de um estudo bibliográfico sobre os trabalhos que se detiveram ao processo de destituição de Dilma Rousseff, observa-se que os textos acadêmicos, em geral, voltam atenções para a cobertura jornalística do evento, fato que inibiu a pretensão prévia de produzir uma análise de conteúdo dos materiais relativos ao impedimento da presidente. Essa regra se aplica a 24 dos 31 trabalhos avaliados e, em todos os casos, colocam o jornalismo como protagonista no afastamento da mandatária, justamente por uma característica que é considerada condenável na atividade: o partidarismo que, segundo os estudos, interfere na forma de fazer jornalismo em grande parte dos veículos mais abrangentes do país. Feres Júnior e Sassara (2016), ao estabelecerem uma comparação entre a petista e o candidato derrotado no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, Aécio Neves (PSDB), nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S.Paulo*, destacam que houve um enquadramento noticioso contrário à presidente, iniciado desde que a petista foi reeleita, em 2014. O trabalho ganha relevância por lidar com a cobertura política fora de períodos eleitorais, característica pouco estudada nas pesquisas que lidam com os diálogos entre comunicação e política.

Por outro lado, duas características vêm à tona quando se voltam as atenções para estes estudos: a pouca variabilidade entre as metodologias aplicadas, com sobreposição de análise de conteúdos, de discurso (e variações) e das narrativas, além de

estudos de caso que quase sempre usam uma ou mais dessas três perspectivas metodológicas, e a segunda concernente às discussões de gênero. Essas perspectivas teóricas são encontradas em praticamente todos os trabalhos avaliados e, de certa forma, explicam os motivos pelos quais os estudos voltaram-se para as coberturas jornalísticas. A incipiência de metodologias, no entanto, dificulta a compreensão acerca do fenômeno como um todo, especialmente devido à carência de pesquisas que procurem entender como se deu o processo de produção jornalística. Há, portanto, carência de pesquisas qualitativas, sobretudo, quando se pensam em perspectivas metodológicas que dialoguem com a etnografia ou, no mínimo, entrevistas ou grupos focais, contribuição dada parcialmente nesta pesquisa.

Conforme descrito, as questões de gênero formam a segunda grande lacuna dos estudos publicados até então do processo de afastamento: apenas dois trabalhos, sendo um deles produzido a nível de graduação, estabelecem vínculos entre a cobertura midiática com essa temática. No primeiro deles, Cardoso e Souza (2016) abordam o fato de que houve misoginia durante o processo de afastamento. Os autores destacam sobre o fato de como a cobertura midiática naturalizou determinadas formas de discriminação de gênero, como aquela que vincula a mulher à esfera privada e o homem à pública.

A questão da valoração laboral de quem trabalha “dentro” e “fora” de casa foi historicamente construída [na cobertura do *impeachment*], reafirmando a ideia de que a mulher, ao exercer atividades domésticas deveria ser menos valorizada do que o homem que exercia o trabalho fora de casa. Algo bastante presente no discurso patriarcal é a questão das “habilidades naturais” das mulheres, onde [sic] se divulga que cabe a elas trabalhos referentes ao cuidado e sensibilidade, pois essa habilidade foi desenvolvida justamente por elas fazerem parte ‘naturalmente’ do doméstico” (CARDOSO; SOUZA, 2016, p. 56).

Já Graton e Guazina (2017) reforçam o quanto os principais veículos de comunicação se apropriaram de estereótipos patriarcais, como aquele que vincula a figura da mulher no poder à homossexualidade, para justificar a queda do governo Dilma. Para atingir tais objetivos, as autoras se debruçam sobre a análise de capas de revista durante o processo, oportunidade na qual identificam termos que remetem à imagem de então presidente como desequilibrada, louca, fora de si, sem condições emocionais, entre outros termos (*ibid.*).

Os outros dois estudos que trazem à tona as questões de gênero não são diretamente ligados à cobertura jornalística do processo de *impeachment*. Stocker e Dalmaso (2016), de certa forma, estudam algumas das implicações dessa cobertura,

quando se propõem a analisar, por meio de uma análise de discurso, comentários de leitores no Facebook em postagens sobre reportagens da *Folha de S.Paulo* relativas ao impedimento de Dilma. O levantamento observou que mais da metade dos 1.158 comentários selecionados para a análise continham mensagens a cinco núcleos de sentido que remetiam a preconceitos de gênero.

Os cinco núcleos de sentidos observados nos comentários da mostra evidenciaram que as ofensas e agressões se deram por meio de ridicularização, deboche e ironias no caso do Gaslighting e Mainsplaining; na ligação entre a mulher e personagens que simbolizam o mal, a rebeldia e o poder no Misticismo e na Religião; na violência dos xingamentos e expressões de repulsa e ojeriza que denotam a Misoginia e o Ódio; nas ofensas sexistas, sectárias e discriminatórias do Machismo e Sexismo; e nas ideias de submissão, apagamento e inferioridade da mulher que caracterizam os sentidos do Bropriating. Estes cinco núcleos de sentido revelam as diferentes formações culturais que mobilizam os discursos dos leitores e mostram como o preconceito e o machismo ainda são latentes na sociedade e se concretizam de forma explícita no espaço jornalístico (STOCKER; DALMASO, 2016, p. 688).

O último trabalho que se subsidia às condições de Dilma como mulher, embora não trate especificamente do *impeachment*, destaca os programas exibidos durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) na primeira campanha da petista, em 2010 (MENDONÇA; OGANDO, 2013). O trabalho mostra-se pertinente para entrar no *corpus* da pesquisa à medida que demonstra como a equipe de Dilma se apropriou das questões de gênero durante a campanha eleitoral, sobretudo, em quatro aspectos: 1) a ideia de igualdade, a qual procura “transcender as noções e as práticas acerca da diferença de gênero que têm discriminado as mulheres” (MENDONÇA; OGANDO, 2013, p. 200) e, conseqüentemente, inibindo a participação delas na política; 2) a marcação da diferença, que consiste em destacar positivamente características forjadas, mediante estereótipos, como negativas, a ponto de fortalecer “experiências, vozes e perspectivas das mulheres” (*ibid.*, p. 202); 3) a ética do cuidado, cujas características destacam que “as diferenças entre homens e mulheres seriam baseadas nas distintas prioridades, valores e interesses das mulheres. Por isso, elas atuariam na política de forma diferenciada” (*ibid.* p. 205); e, por fim, o desconstrucionismo, princípio que se apega aos estudos culturais – sobretudo, à desconstrução de visões essencialistas de identidade – para que se deixe de estruturar as discussões aos “binarismos de gênero” (*ibid.*, p. 209).

Observa-se que as questões de gênero são utilizadas tanto pela perspectiva de fortalecimento da representação de uma mulher na política como no reforço de

estereótipos depreciativos à capacidade ou competência feminina para lidar com assuntos públicos. Cabe destacar, no entanto, que há sobreposição da segunda perspectiva, já que os meios de comunicação detêm uma forma mais orgânica de produzir sentidos.

Apresentados os principais estudos, parte-se agora para a apresentação parcial das entrevistas com quatro jornalistas curitubanas que trabalharam na editoria de política durante o período de afastamento de Dilma. Conforme apontado, o questionário, aplicado no mês de maio de 2017 a jornalistas que atuam em Curitiba em veículos que trabalharam diretamente na cobertura da destituição, foi estruturado com 12 questões. O objetivo da aplicação foi compreender como jornalisticamente as entrevistadas avaliam o período de queda da então chefe do Poder Executivo e confrontá-las com a revisão bibliográfica. O questionário foi estruturado da seguinte maneira: questões que focam na atuação direta ou não na cobertura jornalística seguidas por perguntas que tentam entender como as jornalistas enxergam, profissionalmente, todo o período do processo e as coberturas gerais. Nas duas últimas questões houve asserções acerca das implicações de a primeira mulher presidente ser afastada pelo Congresso Nacional.

As jornalistas foram entrevistadas individualmente. Os diálogos foram gravados e decupados em um único arquivo. Metade das respondentes participou ativamente da cobertura (*E1* e *E4*), produzindo reportagens mais analíticas, placar de votação, cobertura em tempo real das sessões na Câmara e no Senado. Já as demais não atuaram especificamente no processo de *impeachment*, mas trabalharam nos desdobramentos do caso no Paraná (*E2* e *E3*).

Todas destacaram como desafio na cobertura do evento manter o equilíbrio noticioso, separando o profissional do pessoal. As entrevistadas deram ênfase ao fato de que o jornalista precisa estar atento aos detalhes e à forma como repassa a notícia, já que é por meio da mídia que muitas pessoas se informam. De início, buscou-se compreender como elas compreendem e estiveram imersas no conteúdo e assunto do processo. Em seguida, quais memórias durante o processo mais marcaram as carreiras e de que forma isso aconteceu.

O processo produtivo foi destacado pelas profissionais como o maior desafio. A dificuldade em propor leituras desapaixonadas/equilibradas sobre o tema foi unânime entre as entrevistadas, especialmente devido ao fato de o processo contra Dilma ter sido passível de questionamentos por parte da opinião pública, ao contrário do processo de destituição de Fernando Collor de Melo, em 1992. *E1* destacou ainda a falta de

especialização para compreender a tramitação técnica e burocrática do processo. As demais ficaram propensas a contrariar iniciativas de especialização, por avaliarem que a compreensão técnica e burocrática do processo é “inerente” à apuração jornalística.

Apesar de considerar fundamental a especialização, *E1* destaca o desafio em propor um jornalismo mais analítico no veículo onde trabalha/trabalhava. “Apostei em um comparativo histórico entre os momentos que antecederam os dois *impeachments* que o Brasil vivenciou. Fiz pesquisas bibliográficas e me aprofundei em analisar jornais da época do [Fernando] Collor” (*E1*). *E3*, por outro lado, avalia como diferencial da cobertura feita por ela a relação entre o afastamento e a Operação Lava-Jato.

Em seguida, houve questionamentos se as entrevistadas receberam críticas sobre o trabalho final e se concordam ou não com a abordagem e a linha editorial do veículo no qual trabalham/trabalharam. *E3* avalia que foi acusada explicitamente de ser parcial. Segundo a jornalista, o veículo em que trabalhava recebeu mensagens do público “dizendo que havia parcialidade na cobertura do *impeachment*. Apesar disso, acredito que em todos os momentos os jornalistas procuraram levar ao público informações precisas e completas” (*E3*). A discussão sobre parcialidade, aliás, é confrontada com as questões editoriais, algo amplamente utilizado como argumentação nos estudos acadêmicos que se detiveram a avaliar o período de destituição de Dilma. Embora haja unanimidade nas respostas sobre o fato de que o afastamento tenha gerado controvérsias – algumas das quais ratificam, inclusive, a alcunha de que foi um “golpe político” – algo que está em consonância também com a ampla maioria dos estudos bibliográficos, as entrevistadas evitam afirmar que a linha editorial dos veículos onde trabalham/trabalhavam interferiu no enquadramento das notícias produzidas. “A linha editorial do veículo nunca atrapalhou a cobertura factual. Não concordo com alguns pontos do posicionamento do veículo sobre alguns temas, mas isso não influenciou no meu trabalho como repórter” (*E1*). Já *E2* diz concordar com as escolhas editoriais da empresa onde trabalha/trabalhava, enquanto que as duas outras respondentes defendem que a objetividade dos veículos durante o processo de *impeachment* não foi tão clara a ponto de se identificarem. Em síntese, as entrevistadas defendem que houve parcialidade naquele contexto, mas que essa parcialidade foi, sobretudo, de outros veículos.

A etapa seguinte de questionamento foi direcionada às relações de gênero. Nenhuma das entrevistadas acredita que fez um trabalho distinto do realizado pelos homens devido à condição de ser mulher, mas, com exceção de uma entrevistada, todas

avaliam que Dilma foi afastada também devido ao fato de ser mulher: “Não acho coincidência que a primeira presidente mulher do Brasil não tenha conseguido terminar o mandato” (E1). E4 complementa: “Basta ver capas de revistas semanais e algumas capas e editoriais de jornais lidando com o suposto destempero de Dilma, e, meses depois, sobre o mesmo assunto, com as reações de Temer. A diferença a partir do gênero dos personagens é clara”.

O teor contraditório das respostas – quando as entrevistadas avaliam o processo de produção e as relações de gênero – fica menos latente quando as respondentes idealizam um cenário de destituição de um homem.

Sempre vai ter um viés ideológico, de gênero ou algum outro. Acho que um bom exercício é parar para refletir: se fosse um homem, meu texto seria igual? Eu usaria os mesmos adjetivos para se referir a ele? Os mesmos erros, cometidos por homens, brancos, héteros, seriam cobrados da mesma forma? (E1).

Por meio das respostas – que não são trabalhadas mais extensamente neste texto por limitações de espaço – é possível perceber que, em diversos momentos, os princípios do machismo ficaram latentes nos discursos. Em geral, as entrevistadas não chegaram a usar as palavras *mulher* ou *machismo* para responder às perguntas. Apenas uma afirmou que o mais marcante em todo o *impeachment* foi o machismo, dizendo que mesmo que o processo tenha sido baseado na legislação, ele foi inteiro impregnado pelo machismo. E, também, foram citados episódios de machismo além da cobertura jornalística, como a postura dos parlamentares durante o depoimento da ex-presidente.

Quando a pergunta feita tratava o fato de a mandatária ser mulher, as quatro entrevistadas afirmaram que viram diferenças marcantes na cobertura. O grupo afirmou que o processo todo foi influenciado pelo fato dela ser mulher. Destacando a cobertura, elas afirmam que é possível perceber o viés machista, seja por meio das capas de revistas, editoriais e colunas, mas nenhuma delas avaliou que a cobertura do veículo onde atuam/atuavam desprestigiava Dilma pela questão de gênero.

Mesmo com essas afirmações na parte final, em específico, durante todas as respostas das entrevistas, a palavra *machismo* foi utilizada uma vez, enquanto a palavra *mulher* foi utilizada oito vezes. Com os resultados preliminares é possível inferir sobre a invisibilidade do machismo de forma ainda mais drástica que a apontada na pesquisa bibliográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso sobre o processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff demonstra o quanto a academia, em geral, destacou a campanha de apologia das principais empresas jornalísticas brasileiras à queda da mandatária. Observou-se, pela pesquisa bibliográfica, que há uma polarização dos estudos sobre a temática produzidos em universidades das regiões Sul e Sudeste.

Entre os 31 estudos listados, produzidos, sobretudo, entre o início de 2016 e meados de 2017, a maior parte trabalhou com a perspectiva da cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação do país, com destaque para a falta de pluralidade de métodos e técnicas de pesquisa. Mesmo os trabalhos que se autodenominaram como estudos de caso não se apropriaram de metodologias de pesquisa que superassem a análise das reportagens veiculadas. Os métodos, dentro dessa linha de pesquisa, alternaram-se entre análise de conteúdo, de discurso (com algumas das perspectivas teóricas que este aporte dispõe) e da narrativa. Uma segunda lacuna acadêmica no episódio *impeachment* de Dilma se dá em relação aos próprios estudos de gênero, tentativa iniciada por esta pesquisa: apenas dois trabalhos, sendo um deles produzido a nível de graduação, estabelecem vínculos entre a cobertura midiática do *impeachment* com essa temática.

Por outro lado, no que concerne a jornalistas que atuaram durante o processo de impedimento, percebe-se uma forma de invisibilidade das relações de gênero quando o assunto é a midiaticização do acontecimento. Devido à baixa adesão por parte das mulheres consultadas para a pesquisa, não há qualquer tentativa de generalizar os resultados. No entanto, infere-se que o tema possa ser explorado futuramente pelo viés da identidade profissional dos jornalistas e/ou pelo paradigma do *Newsmaking*, já que são perceptíveis pelo estudo – ainda que de caráter preliminar – que as jornalistas mulheres enxergam interferências das questões de gênero no *impeachment*, mas não as relacionam com as questões de midiaticização realizadas pelos veículos onde trabalham/trabalhavam.

REFERÊNCIAS

ANGELLIS, Gilbert di. **Mulheres no Congresso Nacional**: Um retrato da sub-representação feminina na política brasileira. 2015. Disponível em: <http://migre.me/tF7M7>. Acesso em: 1 maio 2016.

BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge; NOVELLI, Ana Lucia Romero. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. ed. 2. São Paulo: Atlas, 2006.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline (Org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: Cepia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. 436 p. Disponível em: <http://migre.me/tF76d>. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Procuradoria Geral da Mulher. Secretaria de Políticas Para As Mulheres da Presidência da República. + **Mulheres na política**. 2. ed. Brasília: Secretaria da Mulher, 2016. 76 p. Disponível em: <http://migre.me/tF8Od>. Acesso em: 01 maio 2016.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Dilma, uma “presidente fora de si”: o *impeachment* como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Pauta Geral**: Estudos de Jornalismo, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p.45-65, jul. 2016. Semestral. Disponível em: <<https://bit.ly/31WkWNH>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

COMPÓS (Brasil). **Programas Filiados**. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/300fSWu>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

FERES JÚNIOR, João; SASSARA, Luna de Oliveira. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde em Debate**, [s.l.], v. 40, p.176-185, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://goo.gl/bjiypp>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Ed. Unesp, 1997. Cap. 2. p. 73-133.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. ed. 5. São Paulo: Atlas, 1999.

GRATON, Isabela Alves; GUAZINA, Liziane. Mídia e machismo: a representação de Dilma Rousseff nos grandes veículos de comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40, 2017, Curitiba. **Comunicação, memórias e historicidades**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-9. Disponível em: <<https://goo.gl/fCh6BC>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

HAMILTON, Fernando Arteché. Monitorando telejornais: desafios e perspectivas. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. **Observatórios de Mídia**: Olhares de cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. ed. 3. Petrópolis: Vozes, 2010.

LODI, João Bosco. **A entrevista**: teoria e prática. ed. 2. São Paulo: Pioneira, 1974.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; OGANDO, Ana Carolina. Discursos sobre o feminino: um mapeamento dos programas eleitorais de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 28, n. 83, p.195-216, out. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://goo.gl/RHUuGY>>. Acesso em: 4 mar. 2018.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. ed. 5. São Paulo: Brasiliense, 2001.

STOCKER, Pâmela Caroline; DALMASO, Silvana Copetti. Uma questão de gênero: ofensas de leitores à Dilma Rousseff no Facebook da Folha. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 24, n. 3, p.679-690, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<https://goo.gl/vpVNzo>>. Acesso em: 4 mar. 2018.